

A NATUREZA DO RISCO: PAISAGEM E RISCO NA ANÁLISE DOS DESASTRES SOCIOAMBIENTAIS

THE NATURE'S RISK: LANDSCAPE AND RISK IN THE ANALYSIS OF SOCIOENVIRONMENTAL DISASTERS

Alfredo Ricardo Silva Lopes*

Resumo: O presente artigo discute a utilização do conceito de risco para repensar a noção de paisagem, ao emprega-la pela história para o estudo dos desastres socioambientais. Neste caminho é produzida uma discussão sobre o surgimento do conceito de paisagem oriundo das artes plásticas e apropriado pelos estudos históricos. A importância de “dessacralizar” a paisagem é amparada no entendimento da constante permuta entre percepção e representação para definição da Natureza. A História Ambiental, por sua vez, também considera que a interferência humana é preponderante para a construção e transformação da paisagem. Há um forte elemento antrópico na definição de desastre, pois os eventos climáticos extremos só são adjetivados como desastres, normalmente, quando afetam populações humanas. Em decorrência destas questões, a percepção do risco de novos desastres transforma a compreensão sobre o ambiente que os indivíduos possuem. A noção de Sociedade de Risco de Ulrich Beck, oferece um fértil terreno para discussão acerca dos desastres ambientais e da noção de incerteza nas sociedades contemporâneas.

Palavras-chave: Paisagem. Risco. Desastres socioambientais.

Abstract: The present paper discusses the use of the concept of risk to rethink the notion of landscape, and employs it to study the history of socioenvironmental disasters. In this way, a discussion is produced about the emergence of landscape concept arising from the plastic arts and appropriated by historical studies. The importance of landscape “de-sacralization” is

* Doutorando no Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC). Bolsista da CAPES. E-mail: alfredorsl@gmail.com

supported by the understanding of a constant exchange between perception and representation in order to define Nature. The Environmental History, in its turn, also considers human interference is important to the landscape construction and transformation. There is a strong anthropic element in the disaster definition because normally the extreme climatic events are featured as disaster when they affect human populations. Due to these issues, the risk perception of new disasters change the environment understanding people have. The Risk Society notion from Ulrich Beck offers a fruitful ground to environmental disasters and uncertainty's sense discussion in contemporaneous societies.

Keywords: Landscape. Risk. Environmental Disasters.

INTRODUÇÃO

Os debates sobre risco se tornaram fundamentais nos estudos sobre desastres. Na História essa discussão ganha tons mais acentuados, pois a apreciação da experiência humana no tempo oferece novos elementos para a escalada da percepção do risco. Os desastres são aqui entendidos como acontecimentos socioambientais, não apenas como naturais, em função da História Ambiental compreender a dimensão dos elementos humanos e não-humanos na História. Considera, ainda, que a ação antrópica é fundamental para a produção e\ou potencialização desses eventos climáticos extremos, denominados desastres.

Os estudos sobre a paisagem igualmente têm lugar central nos debates acerca da questão ambiental. O presente trabalho também debate alguns subsídios para análise da paisagem enquanto ferramenta para compreender/construir ambientes. Neste caso específico focaliza como a noção de risco que se tornou onipresente na Sociedade de Risco de Ulrich Beck.¹

Inicialmente é discutido o surgimento e o desenvolvimento do conceito de paisagem nas artes plásticas, para se compreender como a paisagem adquiriu um status de equivalente à natureza. Posteriormente, a problematização recai sobre as apropriações do conceito pela Geografia desde o século XIX, numa busca pela compreensão das relações sociais e naturais de um determinado espaço. Estas reflexões geográficas foram fundamentais para a análise da paisagem também pela História, que nas relações dos grupos sociais com o meio discute as interações entre o ambiente e os indivíduos através do tempo. Vale destacar que a preocupação com a “vida útil” do planeta não estava presente nos primeiros estudos da paisagem no campo da História, tais estudos vêm sendo produzidos desde a primeira geração da Escola dos *Annales*. Entretanto, as demandas ambientalistas têm direcionado novos olhares para a paisagem desde a década de 1970.

A História Ambiental, permeada pelas inquietações da dimensão temporal e espacial da existência humana, percebe a paisagem e o meio ambiente como condicionados e condicionantes da existência humana no planeta. Neste caminho, para os estudos sobre os desastres ambientais, a paisagem tem lugar central na análise, tanto para compreender as condições de produção e reprodução social do desastre, quanto, através das fontes, para estabelecer os conjuntos de referenciais que encadeiam a percepção e a representação do ambiente.

Atualmente a noção de risco vem assumindo um lugar central nos debates sobre a produção e reprodução social dos desastres. A percepção do perigo, a permanência da possibilidade da catástrofe, faz prevalecer o sentimento de insegurança, que por sua vez exige o esquadrinhamento da paisagem a fim de gerir o risco e mitigá-lo.

CONCEITOS PARA A PAISAGEM

O conceito paisagem, antes de qualquer tentativa disciplinar de categorização, foi imbuído de um significado que o torna utilizável nos mais diversos campos da produção de conhecimento: a equivalência à natureza. Anne Cauquelin, filósofa e artista plástica, de forma perspicaz, explica em “A Invenção da Paisagem” como alguns elementos das artes plásticas foram e são utilizados para produzir a noção, que é cara a tantas disciplinas, de paisagem como um conjunto de valores ordenados na e pela visão.²

Cauquelin destaca que sempre se espera algo da paisagem, por isso são estabelecidas formas simbólicas, as quais dobradas no interior das imagens renascentistas imprimiam uma proposta que dava suporte à estrutura da natureza³, ou seja, são as significações e aspirações sobre o mundo natural que produziram as estruturas que seriam observadas sob as grossas molduras do período renascentista.

Neste ponto as constatações de Simon Schama em “Paisagem e Memória”⁴ na seção sobre as possíveis interpretações do mito de Arcádia são basilares para compreender as apropriações renascentistas das concepções gregas de natureza. De um lado se tem um universo arcadiano pleno de harmonia entre os seres da natureza, um plano fértil para pureza e criação onde todos os seres são acolhidos pela força harmônica da natureza. Por outro lado, emerge uma Arcádia envolta no caos, onde a luta pela sobrevivência é a marca de uma essência transitória que não se entrega à quem tenta defini-la.

Cauquelin enfatiza que na tarefa de trasladar a natureza para os quadros, os pintores do Renascimento ficaram

[...] presos a uma armadilha, contemplávamos não uma exterioridade, como acreditávamos, mas nossas próprias

construções intelectuais. Acreditando sair de nós mesmos mediante um êxtase providencial, estávamos muito simplesmente admirados, com nossos próprios modos de ver.⁵

Na tentativa de desmistificar qualquer harmonia pré-estabelecida e inquestionável do conceito de paisagem, a autora explica que parece impossível criticar a noção sem cometer algum sacrilégio. “Temos a impressão que a paisagem preexiste à nossa consciência, ou, quando menos, que ela nos é dada ‘anteriormente’ a toda cultura”.⁶ Entretanto, no rastro dos limiares entre paisagem e natureza, Cauquelin ressalta que foi, a partir do século XVI, no contexto do renascimento, a criação e credenciamento de uma forma simbólica capaz de produzir equivalência entre arte e natureza.

Da Grécia ao Renascimento “[...] a paisagem passou a adquirir a consistência de uma realidade para além do quadro, de uma realidade completamente autônoma, ao passo que de início, era apenas uma parte, um ornamento da pintura”.⁷ Sendo assim, para os ocidentais a paisagem é, com efeito, “da natureza”. A imagem construída sobre a ilusão da perspectiva confunde-se com aquilo de que ela seria imagem.

Na imbricada relação entre paisagem e natureza proposta por Cauquelin, a autora explica que a noção natureza ecônoma, proposta por Aristóteles, foi trazida na esteira do mundo natural para a representação da paisagem, pois a funcionalidade dos objetos inscritos na escala confere um sentido ao universo em questão.⁸

A perspectiva, invenção histórica datada, que ocupa lugar de fundação da realidade sensível, instaura uma relação implícita de ordenação cultural que projeta diante dos indivíduos um plano, uma escala, onde o que se vê é instituído por um outro, o artista, que respeita determinadas regras a fim de tornar precisa a significação do mundo natural que pretende efetivar. Essa transação de significados está longe de ser parasitária, pois à medida que a natureza tem seus símbolos apropriados pela paisagem, esta, por sua vez, legitima essa gama de significados que “emergem” do mundo natural.⁹

Os pontos levantados anteriormente por Cauquelin são basilares para problematização das apropriações do conceito de paisagem produzidas pela Geografia e História. Desde o século XIX a paisagem vem sendo utilizada pela Geografia como instrumento para análise das relações sociais e naturais em um determinado espaço. São múltiplas as definições de paisagem utilizadas dentro do campo geográfico, Schier destaca que a geografia alemã introduziu este conceito como uma categoria científica e até 1940 compreendeu-a como um conjunto de fatores humanos e naturais. Já a escola francesa derivada de Paul Vidal de La Blache defendeu a *paysage* como o relacionamento do homem com o espaço físico. Com a influência da quantificação no pós-1940 na Alemanha e EUA o termo “*landscape*” passou a ceder espaço para a “região”. E, por fim,

a paisagem foi tomada pelos conceitos da *human ecology*, que a define como um sistema ecológico, onde ocorrem diferentes escalas de interação entre organismos e o ambiente.¹⁰

Alexander Von Humboldt, considerado o pai da geografia, segundo Silveira, cunhou o termo “paisagens naturais” para designar áreas homogêneas caracterizadas essencialmente pela morfologia do terreno e pela cobertura florestal.¹¹ Esse momento inicial da apropriação da paisagem pela incipiente ciência Geográfica que se formava também deve ser caracterizado dentro das problematizações propostas por Cauquelin.

Mary Louise Pratt ajuda a compreender o contexto histórico em que a categoria paisagem é apropriada pelo pai da Geografia. A literata analisa relatos de viajantes (de 1750 a 1980) pela África e América Latina onde é focalizada a figuração do imaginário e das representações do real. Na segunda parte do livro a Reinvenção da América (1800-50) é tratada, tomando por base os elementos do discurso de Humboldt, a vanguarda capitalista e as elites crioulas. O “Velho Mundo” outorga a Alexander Von Humboldt o título de redescobridor da América. Em sua obra com mais de trinta volumes, o escritor europeu retrata um ambiente no mais puro estilo romântico, entretanto a perspicácia na avaliação da paisagem vinha também da demanda da Corte da Espanha em conhecer para melhor explorar o continente. A vanguarda capitalista produziu relatos diretamente ligados aos seus anseios, o progresso econômico e político. Nos seus escritos a natureza é retratada como “maquina dormente” que ansiosamente aguardou a chegada dos europeus.¹² Neste contexto, o uso do conceito de paisagem, onde cada elemento do meio tem seu motivo para existir, sua função e seu lugar, a Geografia também garantiu seu lugar e sua função nessa sociedade ávida pelo conhecimento que abriria caminho à exploração.

Outro expoente da Geografia, Friedrich Ratzel, utilizou o conceito de paisagem de uma forma antropocêntrica,

[...] descreve uma dialética entre os elementos fixos da paisagem como o solo, rios, etc., com os elementos móveis em geral humanos. Na sua abordagem, esse distanciamento é importante por que inicia um processo de libertação cultural do meio natural, pela transferência de artefatos entre povos e pela migração destes, contrariando a visão comumente determinada de que Ratzel pode ser apontado como geo-determinista.¹³

Contemporâneo de Ratzel, Paul Vidal de la Blache considerou a relação homem-natureza ligada ao concreto e ao regional, no conceito de “pays”, é considerado o produtor do possibilismo geográfico, uma teoria que considera a ação humana como preponderante para transformação da paisagem, por isso contrária a qualquer ideia de determinismo.¹⁴

Na virada do século XIX para o XX o sutil embate entre os geógrafos marcava uma disputa. O determinismo de Ratzel fornecia a base ideológica para o recém formado Estado Alemão acreditar na própria superioridade com base na sólida procura pelo “espaço vital” de tal modo que, a crise pós-unificação só seria vencida com a apropriação de novos recursos naturais e mercados consumidores. Deve-se ressaltar que, os discípulos da Escola Determinista foram além das proposições ratzelianas, chegando a afirmar que o homem seria um produto do meio.¹⁵ As propostas de Blache contrapõem um autoritarismo ratzeliano, pois manifestam um tom mais liberal frente ao fatalismo proposto pelo alemão. O “possibilismo” não prega que a agência humana é livre de interferências do meio, mas que existem limites a essa agência.

As definições de paisagem na escola geográfica clássica, segundo Francisco Carlos Teixeira da Silva, oferecem subsídios para compreensão do mundo natural a partir de uma demanda social sobre as considerações de Thomas Malthus. Nessa perspectiva, a luta pela existência no planeta levaria os recursos naturais à exaustão, o que aponta um futuro de gradativa escassez. A expansão ilimitada da base demográfica, então, ameaçaria um suposto equilíbrio existente.¹⁶ A fatalidade ou a possibilidade da ação humana se inscrevem dentro desse quadro apocalíptico, onde a geografia buscava oferecer subsídios para compreensão da natureza, partindo de distintas concepções de natureza.

Tributária das concepções de Paul Vidal de la Blache, a história das paisagens teve sua gênese na década de 1930 com a primeira geração da Revista dos *Annales*, estas obras estavam nas fronteiras entre a história agrária e a geografia humana ou histórica. Como exemplos podem ser citadas as obras dos dois maiores expoentes da revista neste primeiro momento: *A Terra e seus Homens* (1931) de Marc Bloch e *Reno* (1935) de Lucien Febvre. No seio deste projeto historiográfico estava uma demanda social mais interdisciplinar de conhecimento, a interface com a geografia, antropologia e sociologia marcou o legado da Revista dos *Annales*, que passou a ser chamada de Escola dos *Annales*.¹⁷

Entretanto, apesar dos elementos da paisagem estarem presentes nos trabalhos históricos, eles eram evidenciados como um cenário, um plano de fundo para o desenvolvimento da experiência humana, não como uma variável condicionada e condicionadora da experiência humana. Ainda, cabe considerar a “pressão” que a crescente preocupação com os recursos naturais do planeta exerce sobre todo o campo científico, o que vem produzindo um renovado interesse sobre o meio ambiente.¹⁸

HISTÓRIA AMBIENTAL E DESASTRES

No Brasil, os estudos dos historiadores ambientais começaram a tomar vulto a partir da década de 1990, contudo os desastres só entraram na agenda de pesquisas no final da década de 2000. No desenvolvimento das primeiras pesquisas, o artigo “Para Fazer História Ambiental” de Donald Worster apareceu como fundamental para elucidar algumas questões básicas referentes ao *modus operandi* da História Ambiental importado dos EUA.

Donald Worster estabelece algumas diretrizes para análise da História Ambiental. A primeira delas é o entendimento da natureza, tal como um determinado ambiente se organizou e funcionou no passado. A segunda gravita em torno das questões socioeconômicas, esta, conforme Worster, é mais diretamente responsabilidade do historiador e de outros estudiosos da sociedade, “aqui o foco também está na compreensão de como a tecnologia reestruturou as relações ecológicas humanas”¹⁹, em último caso seria uma análise sobre as formas utilizadas para transformar a natureza em um sistema que produz recursos para consumo. O terceiro nível de análise compreende os aspectos culturais de cada agrupamento humano, pois as ideias, esse material puramente intangível, são os instrumentos de diálogo e de apropriação do mundo natural, desta forma ao buscar os significados da natureza o historiador ambiental deve analisar como essas ideias são socialmente construídas.²⁰

O entendimento da definição de paisagem e sua funcionabilidade para dar conta da natureza se enquadram neste terceiro nível de análise. Neste contexto, Simon Schama enfoca, ao tratar das paisagens que evocam memórias, que “[...] antes de poder ser um repouso para os sentidos, a paisagem é obra da mente. Compõe-se tanto de camadas de lembranças quanto de extratos de rochas”.²¹ Na trilha de Cauquelin, o historiador também reitera que é a percepção humana que estabelece as diferenças entre a denominada matéria bruta e a paisagem. Destaca ainda mais o antropocentrismo implícito na perspectiva ao historicizar a origem do termo *landscape* (inglês), que veio do *landschaft* (alemão) que é a definição jurídica de uma unidade de ocupação humana. O autor também ressalta que os historiadores ambientais realizaram a proeza de transformar uma topografia inanimada em agentes históricos com vida própria.²²

Sobre os mitos, lendas e significações da natureza imbuídos na paisagem, eles possuem um elemento em comum: sua surpreendente permanência ao longo dos séculos e sua capacidade de moldar instituições presentes até hoje na cultura humana.²³ Neste ponto uma ressalva deve ser feita, nas mais diferentes escalas as significações sobre a natureza têm a pretensão à universalidade, entretanto é preciso tomar cuidado com essa cobiça durante a pesquisa histórica, pois a História é a disciplina do contexto, não só temporal como também espacial. Deve-se levar em consideração que, em virtude da imensa diversidade de

ambientes encontrados no planeta Terra, são produzidas as mais variadas ferramentas culturais para significar/interagir com esses ambientes e essa produção se inscreve num determinado período.

José Augusto Pádua, ao examinar *As bases teóricas da História Ambiental*, explica que a ideia “de que a ação humana pode produzir um impacto relevante sobre o mundo natural, inclusive a ponto de provocar sua degradação”²⁴ foi fundamental para os primeiros estudos nesta área na década de 1970. A partir dessa conjuntura, a agência humana também passou a ter lugar de destaque na produção ou potencialização dos desastres.

Ao debater a pesquisa dos desastres na História Ambiental Christof Mauch enfatiza que só recentemente os desastres naturais entraram no foco da pesquisa histórica. Sobre a memória dos desastres explica que, diferentemente da memória de guerra, tem vida curta, pois assim que os níveis das águas voltam ao normal e os últimos destroços do terremoto são recolhidos, a grande-mídia perde o interesse pelos desastres. Entretanto, destaca que mesmo assim catástrofes individuais tem exercido grande influência no curso da história humana.²⁵

Apesar dos desastres estarem inscritos na memória coletiva dentro dos parâmetros da unicidade, os desastres não devem ser percebidos como eventos únicos, pois os mesmos estão associados a conjunturas sociais, econômicas, culturais e naturais que exprimem contextos específicos. Desta forma, Oliver-Smith busca definir os desastres como processos, os quais mostram a vulnerabilidade como uma conjuntura construída por processos naturais e sociais, que oferecem oportunidades para aprofundar o entendimento das relações entre cultura e natureza.²⁶

Greg Bankoff no texto “Comparando Vulnerabilidades: para traçar uma trajetória histórica de desastres” entende que os desastres têm duas trajetórias históricas, uma natural que envolve os riscos físicos; outra social que é largamente determinada pela cultura. Em seu trabalho, afirma que essas duas faces dos desastres devem ser relacionadas para se mensurar como diversas sociedades se adaptam ao ambiente em que estão inseridas, pois os desastres não devem ser vistos apenas como eventos destrutivos, mas, também, transformativos.²⁷

O trabalho de Ted Steinberg, *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*, analisa a relação dos Estados Unidos da América com eventos adversos de meados do século XVIII até o tempo presente. O historiador explica que se vale de uma perspectiva materialista, para inicialmente explorar a natureza da contingência histórica dos desastres e a cumplicidade humana. Segundo Steinberg, as calamidades naturais não acontecem simplesmente do nada, elas são produzidas através de uma cadeia de escolhas humanas e ocorrências naturais, que rotineiramente são relacionadas

ao acaso da natureza e/ou a ideia de uma divindade repetidamente salva os ricos e se esquece daqueles em situação de maior vulnerabilidade.²⁸

Andréa Casa Nova Maia e Lise Sedrez analisam as enchentes no Rio de Janeiro sob o olhar da história ambiental em *Narrativas de um dilúvio carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966*.²⁹ No estudo as autoras utilizam a história ambiental e história oral para responder inicialmente as inquietações da experiência da memória ambiental que passa pela vivência cotidiana no espaço construído, onde em determinados momentos a cidade fica alagada, paralisada, submersa. O desastre é visto como resultado da ocupação de áreas pantanosas e/ou mangues que gera a diminuição da capacidade de absorção do solo, em uma área onde a chuva é parte do ecossistema num processo de urbanização desgovernado.

Neste caso, o desastre aparece como o catalisador de uma reação química que nunca para de ocorrer, as relações sociais. A intempérie, segundo as autoras, também desconstrói uma sensação de falsa segurança que é fornecida pela vida em sociedade, frente às determinações impostas pelo ambiente.

A NATUREZA DO RISCO

A definição de desastre perpassou uma caminhada antropocêntrica, pois este só era evidenciado à medida que fenômenos naturais severos ocorriam nos locais onde os seres humanos viviam, resultando em danos (materiais e humanos) e prejuízos (socioeconômicos).³⁰ Com o alargamento da noção de direito do final dos 1960 e o crescente debate no meio científico de uma percepção menos antropocêntrica dos eventos extremos, a palavra desastre foi definida como resultado de eventos adversos, naturais ou provocados pelo homem, sobre um ecossistema (vulnerável), causando danos humanos, materiais e/ou ambientais, e prejuízos de diversas naturezas.³¹

A relação de cada sociedade com o desastre está relacionada à forma como o grupo lida com o ambiente. O conteúdo da afirmação vai além das relações sociedade/natureza na situação pós-desastre, pois a análise da paisagem oferece elementos para compreensão da (re)produção social do desastre, como por exemplo no caso das inundações que ocorrem em virtude do assoreamento de rios, da impermeabilização do solo, destruição de matas ciliares.

A noção de risco pode ser uma ferramenta conveniente para visualizar através das alterações na paisagem a interação dos indivíduos com o ambiente. Anthony Giddens adverte que embora a atual modernidade tenha propiciado condições para uma existência humana mais segura e gratificante, também gerou um lado sombrio, que tornou tudo muito aparente no século XX.³² A noção de risco, segundo o autor, se originou da compreensão de que resultados inesperados podem ser uma consequência de nossas próprias atividades ou

decisões, ao invés de exprimirem significados ocultos da natureza ou intenções nefáveis da deidade. “O Risco substitui em grande parte o que antes era pensado como fortuna ou destino, e torna-se separado das cosmologias”.³³ Consecutivamente, alega que a atual sociedade arraigou o risco ao modo de vida, tendo, ainda, globalizado o risco no sentido de intensidade, como por exemplo, uma guerra nuclear, que pode ameaçar a sobrevivência da humanidade.³⁴

A onipresença do risco, segundo Veyret e Richem, não pode ser contestada, pois “as sociedades modernas parecem finalmente muito vulneráveis. Por exemplo, são mais sensíveis que no passado às ‘flutuações’ meteorológicas que se traduzem em efeitos sobre o turismo, no custo dos produtos agrícolas, no transporte”.³⁵ No tocante a gestão dos riscos, sejam ambientais, industriais, econômicos, traduzem as escolhas políticas e as decisões finais de organização dos territórios, no centro dessa questão estão os projetos políticos para uso dos recursos naturais normalmente destinados às potencialidades econômicas.

A análise histórica também permite compreender melhor as percepções e os diversos modos de aceitação do risco pelos diferentes atores ou pelos grupos sociais atuais por meio da variabilidade passada dessas percepções e da colocação em evidência dos mecanismos da “memória dos riscos e das catástrofes”, pois a escolha dos acontecimentos retidos pela memória coletiva não é neutra. Analisar como e por que a lembrança de uma catástrofe é perpetuada ou esquecida frequentemente faz com que se evidencie a complexidade de suas consequências.³⁶ Os autores conceituam riscos ambientais como a associação “entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”.³⁷ Além disso, observam o paradoxo no termo “risco natural” dado o caráter antropocêntrico que constrói a noção de risco. Castro *et al*, afirmam que:

Seja na cidade ou no campo, os processos atmosféricos, hidrológicos, sociais, político-econômicos e industriais produzem quadros conjunturais de riscos, com diferentes intensidades e níveis de exposição da sociedade, que reclama esforços para a mitigação de danos, regulamentação de usos e compensações financeiras, definição de investimentos, e, em outra instância, políticas e ações específicas contidas no planejamento e na gestão territorial.³⁸

Com base nas explicações anteriores torna-se pertinente debater a noção de risco. Ulrich Beck em *Sociedade de Risco*³⁹ desenvolve o argumento que o risco se fez presente em todos os setores da atual sociedade globalizada. Beck define a sociedade de risco como aquela onde a aceitação dos riscos é essencial e anterior a produção de riqueza, diferente do modelo do início da Revolução

Industrial onde o risco surgia como consequência da produção de riqueza. Na sociedade de risco a incerteza ofusca até mesmo o “progresso” científico-tecnológico, “eles (os riscos) já não podem mais ser limitados geograficamente ou em função de grupos específicos”.⁴⁰

A universalização do risco, definida por Beck, precisa ser relacionada ao momento em que o sociólogo produz sua obra, o livro foi gestado durante a década de 1980, período no em a ameaça nuclear poderia provocar uma catástrofe de proporções mundiais. A obra foi publicada em 1988, logo após o acidente nuclear de Chernobyl, situação ressaltada no prefácio da obra e que legitima as constatações do autor.

Beck analisa a aliança entre capitalismo e desenvolvimento tecnológico, na formação de uma modernidade globalizada, radicalizada e tardia, conectada numa mesma experiência mundial, onde o risco torna contraditória a noção do individualismo moderno, que socializa o perigo sem respeitar classe, gênero ou crédulos, “pois a miséria pode ser segregada, mas não os perigos de uma era nuclear”.⁴¹

Nesse contexto, o autor profetiza que a sociedade industrial começa a se despedir da história. O mito da sociedade desenvolvida dos pensamentos em categorias de crescimento econômico que, segundo o autor, se apóia em verdades científicas “irrefutáveis” esbarra na triste realidade de ter produzido uma ciência míope, quase incapaz de perceber os vultos de perigo ao longo do caminho.

A discussão sobre os riscos ambientais como degradação ambiental, desmatamento, diminuição da biodiversidade, não está explícita nesta primeira obra de Beck, até por que o ambientalismo ganhou força em nível global a partir de 1990. Entretanto, o autor levantou a questão dos poluentes químicos e a escassa da discussão sobre o envenenamento do solo – e das pessoas. Nesse caminho, enfoca outro mito, aquele do ambiente sem pessoas, pois adverte que essa ciência míope não consegue produzir análises mais totalizantes.⁴²

A vivência do risco pressupõe um horizonte normativo onde a ideia de certeza já está perdida. A confiança violada pela própria, porém indireta, ação humana transforma a percepção sobre o ambiente, tanto pelas certezas sobre o funcionamento do meio, quanto pela crença nos futuros acontecimentos naquele ambiente. Os riscos civilizatórios, aqueles (re)produzidos pelas sociedades para empreender sua expansão, marcam os projetos dos usos dos recursos naturais.

Ironicamente, as ameaças à civilização fazem emergir um novo “reino de trevas”, compatíveis até mesmo com os deuses da Antiguidade, que se ocultam por trás do mundo visível e ameaçam a vida humana no planeta.⁴³ O medo tem um papel preponderante para a tomada de decisão, do terrorismo à Fukushima, na encruzilhada dos rumos civilizatórios a tomada de consciência dos riscos carece qualificação para o trato com a incerteza.⁴⁴

Novas instituições vêm sendo produzidas para lidar com as demandas sociais em termos de educação, terapia e política. Nessas instancias “os pormenores econômicos e tecnológicos são colocados sob à luz de uma nova *moral ecológica*”.⁴⁵ Beck destaca que a situação exige o fim da contraposição entre natureza e sociedade, as teorias sociais que conceberam a natureza como algo a ser subjugado, como um elemento associal, produziram esse processo industrialização e produção de riscos. Neste caminho, é preponderante compreender as ameaças civilizacionais a natureza como ameaças sociais, econômicas políticas sistêmicas que representam um real desafio ao presente e ao futuro.

A percepção destes mecanismos de manejo com o ambiente é fundamental para a produção de medidas mitigativas capazes de fugir da equação de interação com o ambiente que ao mesmo tempo produz mais riscos. De forma enfática Beck destaca que,

[...] problemas ambientais não são problemas do meio ambiente, mas problemas completamente – na origem e nos resultados – sociais, problemas do ser humano, de sua história de suas condições de vida, de sua relação com o mundo e com a realidade, de sua constituição econômica, cultural e política.⁴⁶

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Seria ingenuidade acreditar que a noção de risco conceituada por Beck foi se disseminando ao longo dos últimos 25 anos e atualmente está inscrita globalmente nas percepções do ambiente. Entretanto, deve ser ressaltado que, ao longo desses anos, na balança da agência sobre a produção dos desastres ambientais, a ação humana foi consolidada como preponderante para ocorrência das calamidades.

As transformações na natureza produzem mudanças na percepção da paisagem. Os desastres deixaram de ser “naturais” e passaram a ser “ambientais”, a noção de ambiente foi politizada para além da subsistência humana, se tornou “meio ambiente”, um espaço dinâmico, onde um conjunto de formas interage conforme a vida que as anima.

Apesar do desenvolvimento no discernimento do papel dos seres humanos e sua interação com o meio natural, é necessário tomar cuidado para não conferir demasiado peso para as ações de origem antrópica. Produzindo assim, um “curto-circuito” na noção de interação com o ambiente, aquela espécie que antes acreditava que deveria subjugar e usar a natureza, não pode se tornar a espécie culpada por todo o tipo de degradação e mau uso dos recursos.

O papel da natureza/paisagem nesta peça que está sendo encenada, não é o de simples cenário, também é cenário/ator, um espaço que se interage e se transforma. Desta forma, para a compreensão histórica e ambiental do desastre a noção de natureza/paisagem como um cenário em movimento, fornece uma maneira fértil de analisar as mais diferentes representações dos indivíduos sobre as formas e os sentidos da (e na) apropriação da natureza.

NOTAS

- ¹ BECK, Ulrich. *Sociedade de risco: rumo a uma outra modernidade*. São Paulo: Editora 34, 2010.
- ² CAUQUELIN, Anne. *A invenção da paisagem*. São Paulo: Martins Fontes, 2007. p. 16.
- ³ Ibidem. p. 25.
- ⁴ SCHAMA, Simon. *Paisagem e memória*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.
- ⁵ CAUQUELIN, op. cit., p. 27.
- ⁶ Ibidem. p. 29.
- ⁷ Ibidem. p. 37.
- ⁸ Ibidem. p.51.
- ⁹ Ibidem. p. 124.
- ¹⁰ SCHIER, Raul Alfredo. Trajetórias do conceito de paisagem na geografia. *RA'E GA*, Curitiba, n. 7, p. 80, 2003.
- ¹¹ SILVEIRA, Emerson Lizandro Dias. Paisagem: um conceito chave em Geografia. In: *EGAL-12º Encontro de Geográfico da América Latina*. Montevideo, 2009. p. 4.
- ¹² PRATT, Mary Louise. *Os olhos do império: relatos de viagem e transculturação*. Bauru: EDUSC, 1999.
- ¹³ SCHIER, op. cit., p. 82.
- ¹⁴ BEZZI, Meri Lourdes; MARAFON, Gláucio José. *Historiografia da ciência geográfica*. Santa Maria: UFSM, CCNE, 2005. p. 40.
- ¹⁵ SCHIER, op. cit., p. 82.
- ¹⁶ SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. História das Paisagens. In: VAINFAS, Ronaldo (Orgs.). *Domínios da História: ensaios de teoria e metodologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- ¹⁷ BURKE, Peter. *A Revolução Francesa da historiografia: A Escola dos Annales (1929-1989)*. São Paulo: Editora UNESP, 1992.
- ¹⁸ LOPES, Alfredo Ricardo Silva. História Ambiental: Uma demanda contemporânea. *Cadernos de Pesquisa do CDHIS (Online)*, v. 23, p. 483-496, 2010.
- ¹⁹ WORSTER, Donald. Para Fazer História Ambiental. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 4, n. 8, p. 203, 1991.
- ²⁰ Ibidem. p. 210.

²¹ SCHAMA, op. cit., p. 17.

²² Ibidem.

²³ Ibidem.

²⁴ PADUA, José Augusto. As bases teóricas da história ambiental. *Estudos Avançados*, São Paulo, v. 24, n. 68, p. 83, 2010.

²⁵ MAUCH, Christof. Introduction. In: MAUCH, Christof; PFISTER, Christian. (Orgs.). *Natural Disasters, Cultural Responses: case studies toward a global environmental history*. Lanham: Lexington, 2009.

²⁶ OLIVER-SMITH, Anthony. Why Anthropologists should study disasters. In.: OLIVER-SMITH, A.; HOFFMAN, S.M. (Orgs.). *Catastrophe & Culture: Anthropology of Disaster*. New Mexico: School of American Research Press, 2001. p. 7-48.

²⁷ BANKOFF, Greg. Comparing vulnerabilities: toward charting an historical trajectory of disasters. *Historical Social Research*, Köln, v. 32, n. 3, p. 109, 2007.

²⁸ STEINBERG, Ted. *Acts of God: The Unnatural History of Natural Disaster in America*. Oxford: Oxford University Press, 2006.

²⁹ MAIA, Andréa Casa Nova, SEDREZ, Lise Fernanda. Narrativas de um Dilúvio Carioca: memória e natureza na Grande Enchente de 1966. *História Oral*, Rio de Janeiro, v. 2, p. 221-254, 2011.

³⁰ MARCELINO, Emerson Vieira. NUNES, Luci Hidalgo; KOBIYAMA, Masato. Mapeamento de Risco de Desastres Naturais do Estado de Santa Catarina. *Caminhos de Geografia*, Uberlândia, v. 7, n. 17, p. 72-84, 2006.

³¹ CASTRO, Cleber Marques de; PEIXOTO; Maria Naíse de Oliveira.; RIO, Gisela Aquino Pires do. Riscos Ambientais e Geografia: Conceituações, Abordagens e Escalas. *Anuário do Instituto de Geociências UFRJ*, v. 28, n. 2, p. 11-30, 2005.

³² GIDDENS, Anthony. *As consequências da modernidade*. São Paulo: Editora da UNESP, 1991.

³³ Ibidem. p. 38.

³⁴ Ibidem. p. 126.

³⁵ VEYRET, Yvette (Org.). *Os riscos: o homem como agressor e vítima do meio ambiente*. São Paulo: Contexto, 2007. p. 13.

³⁶ Ibidem. p. 26.

³⁷ Ibidem. p. 63.

³⁸ CASTRO, op. cit., p. 27.

³⁹ BECK, op. cit.

⁴⁰ Ibidem. p. 16.

⁴¹ Ibidem. p. 8.

⁴² Ibidem. p. 82.

⁴³ Ibidem. p. 89.

⁴⁴ Ibidem, p. 93.

⁴⁵ Ibidem. p. 94.

⁴⁶ Ibidem.

Artigo recebido em novembro de 2013. Aceito em dezembro de 2013.